



EDITORIAL

Depois da nossa festa de comemoração do Dia do Servidor Público, estamos nos aproximando da conclusão de mais um ano de trabalho e luta. É o momento de fazermos uma breve retrospectiva das nossas atividades sindicais e de nos prepararmos para o enfrentamento de grandes desafios.

No que se refere ao nosso propósito de revitalização do controle social, contando com o forte suporte da RGF Advocacia sob o comando do Dr. Roberto Gomes Ferreira, muitos avanços serão aqui expostos rumo à correta aplicação dos recursos vinculados à valorização dos profissionais da educação e da saúde. A título de desafio, a nossa participação na Marcha Nacional contra a PEC 38 reforçou a necessidade de unirmos forças aqui e no país contra os ataques da direita no Congresso Nacional aos nossos direitos. Não menos ameaçadora é a intenção do governo local de adotar a reforma previdenciária do Governo Bolsonaro em prejuízo de nossos aposentados e pensionistas, de quem vai se aposentar e da sustentabilidade do IPASVAL. Soma-se a isso, a luta, na justiça e na base, contra a implantação das leis 135/2025 e 138/2025, pelas quais o Prefeito Marcus Vinícius pretende nos impor grandes retrocessos, a partir do ano de 2026. Nesse cenário, a luta contra a terceirização e a defesa do concurso público precisam ser revigoradas.

Portanto, estes e outros pontos serão objeto de panejamento para as nossas lutas. Em consequência, a atualização da nossa pauta de reivindicações merece toda a atenção e a efetiva participação da nossa base, razão pela qual, reforçamos aqui o nosso Edital de Convocação nº 18/2025 exposto ao final deste informativo.

Forte abraço e boa leitura.

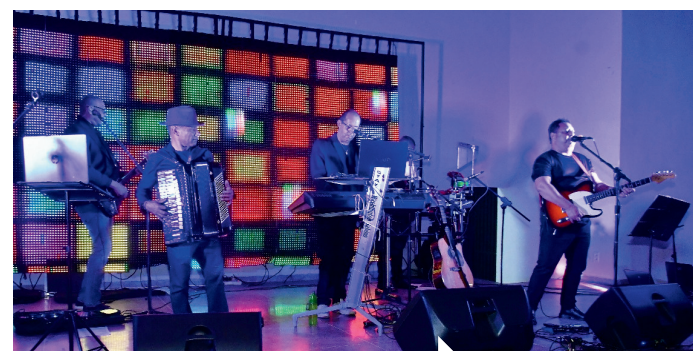


OLÍZIA MATOS
PRESIDENTA DO SINDSEP/VAL



DIA DO SERVIDOR PÚBLICO

O sucesso da nossa Festa de confraternização e o momento de reflexão sobre as nossas lutas



Não é difícil perceber as dificuldades de organização de um evento como o que realizamos no último dia 11 de outubro de 2025 nos antecipando ao período de maior intensidade de chuvas. No entanto, o retorno que temos recebido tem sido de que a nossa festa anual de comemoração do Dia do Servidor Público foi um retumbante sucesso.

Tradicionalmente, essa festa vem se transformando numa grande oportunidade de confraternização, seja entre os servidores em atividade ou entre estes e os aposentados. Além do caráter festivo, o evento tem se revelado um importante momento de fortalecimento do sindicato e de colocarmos em destaque para o grande público, de maneira sucinta e rápida, alguns pontos de pauta de alta relevância para servidoras e servidores. Neste ano, os pontos levantados pouco antes de a banda começar a tocar foram: a ameaçadora reforma administrativa e a ameaça da implantação em 2026 das leis 135/2025 e 138/2025 de iniciativa do Prefeito Marcus Vinícius, que altera o nosso regime jurídico único e mutila nossas carreiras. Depois, a festa rolou e a alegria tomou conta do ambiente até altas horas da madrugada.

Para o ano que vem, pretendemos melhorar ainda mais o evento, que, ao longo dos anos, desde quando instituído pela Professora Olízia de Matos em 2016, tornou-se uma tradição em Valparaíso de Goiás.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Direção do sindicato convoca a categoria para apreciação e deliberação da pauta básica de reivindicações para o ano de 2026

Diante de tudo o que está dito neste informativo e de outros desafios que, em razão da força política do capital, sempre se colocam como obstáculo à valorização do trabalho, é importante considerar que ao sindicato cabe defender os interesses e direitos dos trabalhadores. Para tanto, é imprescindível a participação da base nas atividades convocadas pela entidade sindical. Isso porque, como se sabe, quanto maior for a participação dos trabalhadores na defesa dos seus direitos, tanto maior será a pressão política contra retrocessos e a possibilidade de conquistar mais avanços.

Portanto, conforme o nosso Edital de nº 018/2025, de 21 de outubro de 2021 e tendo em vista os desafios apontados neste informativo, precisamos atualizar nossa pauta básica de reivindicações para o ano de 2026. Logo, esperamos contar, neste dia, com a participação de todas e todos na nossa Assembleia Geral Extraordinária, conforme cronograma abaixo:

DATA: 4 de dezembro de 2025

HORA DE INÍCIO: 15 horas e 30 minutos

LOCAL: Sede do sindicato, na Rua 18, Quadra 55, Casa 8, Explanada III, Valparaíso I.

PAUTA: I - informes gerais, II - pauta de reivindicações 2026.

CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB

Nossos representantes no processo de revitalização do colegiado



Desde o início do nosso mandato, a direção do sindicato vem se esforçando no sentido de revitalizar o Conselho do Fundeb em Valparaíso de Goiás. Tudo começou com nossa defesa de recomposição do colegiado, que se materializou com as saídas de Marcilon Duarte em abril deste ano de 2025 e de outros representantes indicados pela gestão anterior da entidade.

Como consequência, foram indicadas para recompor o colegiado Olíza de Matos e Gizele Rodrigues, representando os profissionais do magistério, e Luciete Rosa e Margarete Reis, representando os servidores administrativos da educação.

Primeiras constatações

Logo nas primeiras reuniões de que participaram as novas conselheiras, logo perceberam que o conselho não estava funcionando de maneira a fazer respeitar os nossos direitos e os direitos da comunidade escolar na forma da lei. Assim o espaço ocupado, desde o ano de 2018, nada significou relativamente à necessária defesa da aplicação correta dos recursos do fundo no seu propósito principal: a valorização dos profissionais da educação, deixando o prefeito livre para aplicar os recursos na forma de sua conveniência.

Primeira prestação de contas com a participação das nossas representantes

Na primeira prestação de contas de que participaram nossas indicadas, foi colocada para deliberação as contas relativas à aplicação dos recursos do mês de abril de 2025, sem que as conselheiras tenham tido tempo hábil para tal decisão e sequer acesso à documentação relativa à execução financeira do fundo. Depois de questionamentos da Conselheira Olízia, diante de representantes de pais de alunos, de alunos, de diretores escolares e de representantes do governo, essa primeira apreciação das contas foi adiada.

Depois de convocada nova reunião pela Presidente do Colegiado, Ana Maria Pereira da Silva, a prestação de contas do mês de abril de 2025 foi novamente colocada para deliberação. Diante dos votos favoráveis da maioria pela aprovação, as conselheiras Olízia e Luciete apresentaram voto em separado pela irregularidade da prestação de contas do Fundeb, entre outras coisas, em razão da indisponibilidade da documentação necessária à apreciação da aplicação dos recursos de modo a averiguar a correta aplicação do mínimo de 70% dos recursos na valorização dos profissionais da educação e de receitas destinadas a outras despesas de manutenção e desenvolvimento de ensino.

APOSENTADOS

Direção realiza primeiro encontro festivo de aposentados



No dia 28 de novembro de 2025, foi realizado o primeiro encontro dos servidores públicos aposentados de Valparaíso de Goiás. Foi um momento de grande confraternização marcada por reencontros e por muita alegria. Na mesa de abertura foram abordados alguns pontos específicos de interesse desse seguimento. Na oportunidade, foi oferecido um delicioso almoço e, depois, o evento prosseguiu acompanhado de boa música e momentos de grande descontração.

O evento foi aprovado no último dia 31 de outubro durante uma reunião com os aposentados e deve se repetir anualmente.



Aponte a câmera para o QR Code e veja as fotos do Encontro dos Aposentados

SAÚDE

Representantes do sindicato defendem transparência na aplicação do Fundo Municipal de Saúde

Embora ainda em fase inicial, dadas as dificuldades de inserção de novos membros no Conselho Municipal de Saúde, recentemente tomaram posse no colegiado Celiana Custódio e Daisy Lima, ambas indicadas pela atual direção do nosso sindicato.

O primeiro requerimento foi manejado por Celiana Custódio junto à presidência desse colegiado requerendo informações acerca da gestão financeira do Fundo Municipal de Saúde. No entanto, até o momento, o pedido não foi atendido.

Todavia, com assessoria jurídica adequada, os procedimentos seguirão na esfera administrativa, sem prejuízo da busca da garantia do exercício das atribuições das conselheiras junto ao Ministério Público ou até mesmo junto ao Poder Judiciário.

Da necessidade de participação da base nesse processo de revitalização do controle social em Valparaíso de Goiás

Conforme atestam as históricas lutas pela implementação do controle e do acompanhamento da sociedade civil sobre a administração pública local, aliada a fortes mobilizações de militantes que hoje integram o Grupo Revitalizando a Luta, foi assim que fortalecemos as batalhas que resultaram na reestruturação da carreira do magistério e que conquistamos a organização de todos os servidores públicos efetivos de Valparaíso de Goiás em carreiras, com progressões de vencimentos por antiguidade, escolaridade e cursos de atualização profissional.

Agora, diante dos retrocessos já ocorridos e das ameaças aos nossos direitos trabalhistas e previdenciários, a efetiva conscientização da importância do controle social na promoção da nossa valorização profissional deve ser fator de forte participação da base rumo à moralização da gestão pública, da valorização da educação e dos educadores, da saúde e dos profissionais de saúde e dos servidores públicos em geral.

SERVIDORES EM GERAL

A luta contra a implantação das leis 135/2025 e 138/2025

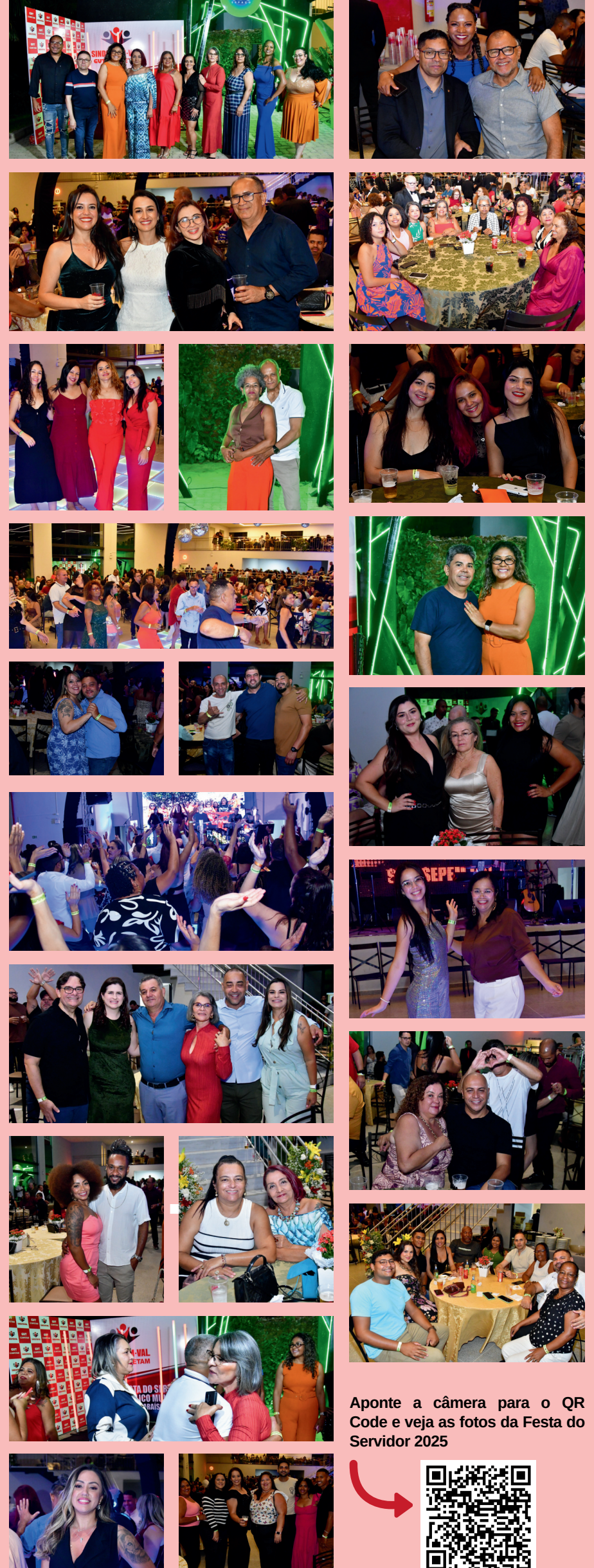
Conforme já publicamos nas redes e na base, as Leis Complementares nº 135/2025 e 138/2025 são o resultado de projetos de iniciativa do Prefeito Marcus Vinícius, visando à redução de investimentos na valorização dos servidores públicos municipais da educação, da saúde e administração geral.

Com esse propósito, as leis alteram o nosso Regime Jurídico Único e os nossos planos de carreiras para reduzir nossa remuneração, com destaque para a instituição de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, o fim dos anuênios e o congelamento do sistema de progressões funcionais conquistados em 2014, quando conquistamos a organização em carreiras de todos os servidores públicos municipais que, antes disso, na sua grande maioria, recebiam apenas um salário-mínimo como vencimento básico. Pelo jeito, é o retorno a esse passado que essas leis sinalizam.

No caso da educação e da saúde, a maior ameaça é uma tentativa de legitimar o desvio de recursos vinculados a essas áreas para propiciar a desvalorização dos profissionais de educação por meio de contratações temporárias e desvios de função e os profissionais de saúde por meio da terceirização ilimitada. Tudo isso compõe um conjunto de ações destinadas a desconstruir as carreiras, precarizar a gestão pública e financiar a sustentabilidade política do governo local, a exemplo do projeto direitista da reforma administrativa em trâmite no Congresso Nacional.

Por isso, a direção do sindicato convoca todas e todos à reflexão e à mobilização contra a implantação dessas leis que, inicialmente previstas para entrar em vigor logo após sua aprovação, teve a sua implantação adiada para o ano de 2026 por conta do nosso forte enfrentamento no processo de deliberação na Câmara Municipal.

CONFIRA OS MELHORES MOMENTOS DA FESTA DOS SERVIDOR 2025!



Aponte a câmera para o QR Code e veja as fotos da Festa do Servidor 2025



Quer ficar por dentro das novidades? Acesse o QR Code e siga-nos no Instagram!



Quer receber notícias e avisos direto no celular? Escaneie o QR Code e junte-se ao nosso WhatsApp.



Tudo o que você precisa saber está no nosso site. Escaneie o QR Code e confira!



SINDSEP/VAL NA MARCHA CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

A PEC 38 renova a investida da maioria direita contra os servidores e os serviços públicos



Inicialmente, há que se questionar essa PEC, simplesmente pelo fato de a proposta ter sido assinado por 171 deputados, todos defensores da chama “PEC da bandidagem” aprovada na Câmara dos Deputados e fragorosamente derrota no Senado após forte reação da sociedade brasileira em gigantescas mobilizações por todo o país. Ao que tudo indica, a estratégia é aproveitar-se das necessárias alterações gerenciais decorrentes de inovações tecnológicas digitais como forma de reduzir direitos dos servidores públicos efetivos introduzidos na Constituição Federal de 1988. Para tanto, além dos retrocessos presentes na proposta, a maioria direita no Congresso Nacional pretende concentrar em suas mãos a competência para legislar sobre a gestão de pessoal do Governo Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Com esse propósito, a extrema direita e a direita reacionária, que ocupam a grande maioria dos cargos de deputados e senadores no Congresso Nacional, vêm propagando a PEC 38 – que requeita em grande parte a PEC 32 defendida pelo Governo Bolsonaro – como se fosse a adaptação da gestão pública no Brasil às inovações tecnológicas. E essa propaganda conta com forte defesa da grande mídia em seus telejornais, jornalões tradicionais e em outros meios digitais, desde sempre subservientes a investimentos de rentistas e bilionários nos programas televisivos tradicionais destinados a entreter a sociedade enquanto a “boiada passa”.

Vamos então desnudar algumas medidas que estão por trás disso e que contam com o silêncio global.

A bem da verdade, no que se refere aos servidores públicos efetivos, a proposta proíbe benefícios como adicionais por tempo de serviço, licença prêmio, progressões em razão da experiência acumulada no curso da carreira, folgas compensatórias instituídas pelos estados e municípios não prevista em leis nacionais, entraves à concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade, conversão de férias e licenças em pecúnia, submissão de pagamento de verbas indenizatórias municipais e estaduais ao Poder Legislativo, proibição de vantagem paritária de uma carreira para outra, proibição de vantagens relativas a desempenho e indenizações a aposentados e pensionistas, limitação da remuneração no fim da carreira ao nível inicial mais a sua metade, tabela única para todos os servidores da União, estados e municípios a ser implantada no prazo de dois anos contados da promulgação da emenda com vencimento inicial igual ao salário-mínimo e com níveis diferenciados em razão da natureza do cargo. Além disso, a proposta faculta a demissão imotivada do servidor público comprometendo a estabilidade, o que facilita a corrupção, minimiza o primado do concurso público, entre outras consequências desfavoráveis aos profissionais de educação, de saúde e da administração geral ocupantes de cargos efetivos no setor público e, por conseguinte, em prejuízo da sociedade em geral.

PREVIDÊNCIA

Sindicato alerta para a luta contra a intenção do governo local de acatar a reforma previdenciária do Governo Bolsonaro e de alargar a terceirização no serviço público municipal



Como já aconteceu em outros anos, é necessária toda a nossa atenção com projetos de leis indigestos que podem ser encaminhados à Câmara Municipal no apagar das luzes de 2025, no curso das festas natalinas, de fim de ano, das férias e recessos de ano novo a exemplo dos retrocessos representados pelas leis complementares 135/2025 e 138/2025, que alteram o nosso regime jurídico único e nossas carreiras num momento de recesso.

Agora, em prática igualmente sorrateira, antiética e injusta, é cada vez mais forte a divulgação da intenção do Prefeito Marcus Vinícius de parcelamento de dívidas da Prefeitura decorrentes do não pagamento das contribuições patronais ao IPASVAL e de adoção da reforma previdenciária do governo Bolsonaro para os servidores públicos efetivos de Valparaíso de Goiás a exemplo do Governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que fez isso com alguns requintes de crueldade adicionais.

Com relação a este ponto, em face da desfaçatez desse projeto que, na verdade, é de interesse de ideologias políticas contrárias aos servidores públicos efetivos, é necessário trazer à luz alguns esclarecimentos.

Na verdade, o propósito central dessas medidas tem relação com o projeto de extinção dos regimes próprios de previdência social de servidores públicos no país e de sua transferência para o regime geral de previdência, regulado pela reforma administrativa do Governo Bolsonaro. E o principal meio promotor dessa extinção é o avanço da exploração dos serviços públicos pela iniciativa privada que, de um lado, visa a transferir recursos públicos para empresas privadas e, de outro lado, aumentar a base de apoio político a projetos direitistas no Brasil. É o que está por trás da extinção do cargo de Agente de Gestão Educacional na especialidade de Alimentação escolar, que com a criação da Carreira de Assistência à Educação, deu denominação adequada ao antigo cargo de “Merendeira”. É também o caso das contratações temporárias de professores. E não é diferente a finalidade da terceirização de serviços de saúde cedidos às organizações sociais privadas. O mesmo se diga em relação às alterações do nosso regime jurídico único e das nossas carreiras.

Dessa forma, é certa a diminuição da arrecadação do IPASVAL de modo a inviabilizar, no futuro, a concessão de aposentadorias em valores maiores que o teto do INSS, hoje fixado em pouco mais de cinco salários-mínimos. Isso porque as contribuições do pessoal terceirizado ou contratado temporariamente vão para o INSS e somente as contribuições de servidores concursados são creditadas aos regimes próprios de previdência, como é o caso do IPASVAL.

Portanto, é necessária a efetiva participação de cada servidor e de cada servidora na mobilização contra mais esse retrocesso.